

**HABEAS CORPUS Nº 486.493 - MS (2018/0345547-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
NANCY GOMES DE CARVALHO - MS003459  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : ANA CAROLINE ROSA VASQUES (PRESO)  
**PACIENTE** : ZENIO SILVA JUNIOR (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. FURTO QUALIFICADO. INCIDÊNCIA DA MINORANTE DO PRIVILÉGIO (ART. 155, § 2º, DO CP). IMPOSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE QUALIFICADORA DE ORDEM SUBJETIVA (FURTO MEDIANTE FRAUDE), QUE JUSTIFICA O AFASTAMENTO DA MINORANTE. SÚMULA 511/STJ.

Ordem denegada.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Ana Caroline Rosa Vasques e Zenio Silva Junior**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Narram os autos que os pacientes foram condenados pela prática dos delitos tipificados no art. 155, §§ 2º e 4º, II e IV, em continuidade delitiva, respectivamente, às penas de 1 ano, 9 meses e 15 dias de reclusão, e 12 dias-multa; e 1 ano e 9 meses de reclusão, e 11 dias-multa; substituídas, ao final, por penas restritivas de direitos.

Interposta apelação pela acusação, o Tribunal *a quo* deu provimento ao recurso para afastar o reconhecimento do furto privilegiado, pelos fundamentos sintetizados na seguinte ementa (fl. 417):

APELAÇÃO CRIMINAL – PENAL – FURTOS QUALIFICADOS PELA FRAUDE E CONCURSO DE AGENTES – PEDIDO DE AFASTAMENTO DO FURTO PRIVILEGIADO – ACOLHIDO – REDIMENSIONAMENTO DAS PENAS – RECURSO PROVIDO.

Impõe-se o afastamento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do CP, porque além de não ser possível o reconhecimento do nos casos de crime de furto qualificado, quando a qualificadora for de ordem subjetiva (mediante fraude), considerando a prática três furtos qualificados com relação a um réu e dois furtos qualificados com relação ao outro, em continuidade delitiva, a soma dos bens ultrapassa, o salário-mínimo em vigor ao tempo dos fatos. (Precedentes STJ)

Daí a presente impetração, na qual a Defensoria Pública alega, em suma, que *para a incidência do privilégio deve-se considerar o valor da res furtiva para cada crime cometido, de forma isolada, e não com a somatória de tal quantia para todas as infrações penais cometidas pela simples existência de continuidade delitiva* (fl. 9).

Acrescenta que *a continuidade delitiva é um instituto de política criminal que foi inserido em nosso ordenamento jurídico visando beneficiar os acusados e evitar penas desmedidas e exacerbadas, assim, jamais poderia ser considerado para prejudicar o paciente* (fl. 9).

Pretende, assim, o restabelecimento da sentença, a fim de que seja mantido o reconhecimento do furto privilegiado.

Não houve pedido de liminar.

Prestadas as informações (fls. 464/473), o Ministério Público Federal, em parecer exarado às fls. 476/480, manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (fls. 476/480).

É o relatório.

A insurgência não prospera.

Com efeito, o Tribunal *a quo* afastou a incidência do privilégio, previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal, por dois fundamentos: a) impossibilidade do reconhecimento do privilégio, nos casos de furto qualificado, nas hipóteses em que a qualificadora for de ordem subjetiva (fraude); e b) a soma dos bens ultrapassa o valor do salário mínimo em vigor à

época dos fatos, considerando-se a continuidade delitiva.

Sendo assim, verifica-se que a impetrante não infirmou fundamento, por si só, suficiente para a manutenção do entendimento exarado pelo Tribunal *a quo*, o que afasta a arguição de ilegalidade flagrante.

Dessarte, verifica-se que o primeiro fundamento exarado pelo Tribunal *a quo* se encontra em consonância com a jurisprudência desta Corte que admite a incidência do privilégio previsto no art. 155, § 2º, do Código Penal, ao crime de furto qualificado, excetuando, contudo, as hipóteses nas quais a qualificadora é de natureza subjetiva (furto mediante fraude), nos termos da Súmula 511 deste Superior Tribunal:

É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do CP nos casos de crime de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem objetiva.

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO MEDIANTE FRAUDE. APLICAÇÃO DO § 2º DO ART. 155 DO CÓDIGO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 83 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento dos Recursos Especiais Representativos de Controvérsia n. 1.193.932/MG, 1.193.558/MG, 1.193.554/MG e 1.193.194/MG, submetidos ao rito do art. 543-C do CPC, consignou que "afigura-se absolutamente 'possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal nos casos de furto qualificado (CP, art. 155, § 4º)', máxime se presente qualificadora de ordem objetiva, a primariedade do réu e, também, o pequeno valor da res furtiva".

**2. No caso, embora o recorrente seja primário e a res furtiva considerada de pequeno valor - porquanto inferior ao salário mínimo vigente à época dos fatos -, a qualificadora relativa ao emprego de fraude é de natureza subjetiva, razão pela qual reitero o entendimento de não ser possível a incidência do benefício previsto no § 2º do art. 155 em seu favor.**

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1578367/RJ, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 30/8/2016 - grifo nosso)

Portanto, tratando-se de furtos cometidos mediante fraude, não há

constrangimento ilegal a ser sanado.

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

